



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 13/01/2016

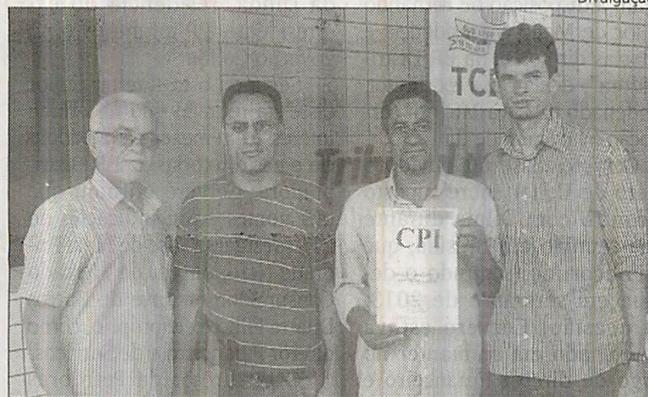
Arquivamento de CPI da Merenda é questionado em São Cristóvão

Vereadores da oposição protocolaram representação no MP, MPF e TCE

Os vereadores Claudio Chagas (PCdoB), Gevertton da Saúde (PSD), Paulo Júnior (PSD) e Vanderlan Correia (PMDB), que fazem o bloco de oposição em São Cristóvão, protocolaram na manhã da última segunda-feira três representações junto ao **Ministério Público (MP)** da Comarca de São Cristóvão, ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-SE). No texto, eles encaminharam o relatório produzido pela CPI nº 001/2015, denominada CPI da Merenda Escolar, que foi arquivado pela maioria dos parlamentares no ano passado.

Os documentos foram entregues na Promotoria da Área da Educação da Comarca de São Cristóvão, ao procurador chefe do MPF/SE, que já acompanha o caso envolvendo as fraudes na merenda escolar, e ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, Clovis Barbosa de Melo.

Conforme os vereadores denunciaram, as representações são necessárias para garantir os interesses da coletividade e resguardar seus direitos. "As três ações fazem parte da prerrogativa parlamentar de fiscalizar atos e ações do Poder Executivo. Foram Constatadas



Divulgação

PARLAMENTARES dizem que várias irregularidades foram detectadas

diversas irregularidades no relatório apresentado pela comissão. Então, após a decisão dos parlamentares do bloco de apoio à administração municipal de arquivar o relatório, resolvemos protocolar a representação, pois as fraudes na aquisição da merenda escolar não poderão ter esse desfecho", afirmou o vereador Paulo Jr.

Segundo os vereadores, entre as irregularidades encontradas durante as investigações, estão a falta de fiscalização do conselho de alimentação escolar; não cumprimento do cardápio de merenda, conforme exigência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); falta frequente de alimentos que compõem o cardápio de alimentação escolar; pa-

gamento antecipado de faturas as empresas sem que os itens de alimentação tivessem sido entregues nas dependências da Semed ou escolas do município e processos de dispensa de licitação e pregão irregulares, com superfaturamento de produtos.

Também foram relatadas evidências de formação de cartel entre as empresas com a conivência da gestão, pois realizavam as cotações de preços de alimentos com demais empresas participantes desse sistema, e o número de pessoal de apoio para preparo da alimentação nas unidades de ensino foi considerado insuficiente, entre outras irregularidades.

Mas não ficaram somente nisso. Consta do relatório o indiciamento civil e criminal

da ex-prefeita Rivanda Farias, do ex-pregoeiro oficial e do secretário de Educação do município.

O vereador Vanderlan (PMDB) também destacou que a leitura e apreciação do relatório desobedeceram ao que determina os dispositivos do regimento interno da Câmara, onde os vereadores não tiveram conhecimento antecipadamente da pauta da sessão, bem como não houve distribuição do relatório encaminhado pela CPI, afirmando que a sessão é passível de nulidade.

Entenda o caso

No dia 12 de junho de 2015, após requerimento assinado por 13 dos 15 vereadores do município, foi instaurada a CPI para apurar as fraudes na aquisição de merenda escolar, conforme matéria veiculada pelo programa do SBT Conexão Repórter, apresentado pelo jornalista Roberto Cabrini. O prazo para a conclusão da CPI inicialmente foi de 90 dias, sendo prorrogado até 12 de dezembro.

Os membros escolhidos foram o vereador líder da oposição, Paulo Roberto de Santana Júnior (PSD), Morgan Prado (PSDB) e Michael Almeida (PTdoB), esses dois últimos do bloco de situação.